

do Sr. Gildo, disse que houve em discussão se iram do Conselho ou do Estado, e mais, disse que houve um movimento de cumbança, uma vez que, por se o vereador do Bairro de Jambor cursou a música de cumbança do ex. Prefeito Almir Pereira. O mundo e palavra, o vereador Sr. Gildo agradeceu o apoio e disse que o Conselho de Jambor que abraçou o projeto para a fim de uma da hora, que no ano anterior havia homenageado o ex. Prefeito o que explicou o estado música, o que foi uma homenagem muito justa, no que encheu a sua alma. Não havendo mais Votores emélio para o uso do tribuna, o Senhor Presidente pronunciou em melhor, concluiu os trabalhos para o Ordem do Dia, onde a lista, foram aprovados os requerimentos nº 003/2006 e os Indicações nº 005/2006, 006/2006 e 007/2006. Nada mais havendo a fazer, o Senhor Presidente encerra a presente Sessão em nome de Deus. E para comar mandei que se lavrasse e presente dele, que depois de lido, submetida e aprovada. Minúcia, aprovado, será assinado para que produza seus efeitos legais.

5
x Alexandre de A. A.
x

Ata da quarta Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo do Câmara Municipal de Ubu Frio, realizada no dia 16 (dezesseis) de fevereiro do ano de 2006 (deis mil e seis)

Da dezesseis horas do dia 16 (dezesseis) de fevereiro do ano de 2006 (deis mil e seis) sob a presidência em exercício do Vereador Helder Rodrigues, tendo, e com a presença do Senhor Secretário "ed hoc" pelo Vereador Alexandre de A. A. Bona, tiveram a Câmara Municipal de Ubu Frio. Quem depois responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Helder Rodrigues, Helder Rodrigues, Noqueiro Gonçalves, Sérgio dos Santos Mendes, Arilson Almeida de Araújo, Sr. Gildo, Jimes de Aguiar, Paulo Henrique, André de S. B. Bona, Sr. Edmund Courriel, Volney Rodrigues, e Sr. Armando Nunes. E para comar mandei que se lavrasse e presente dele, que depois de lido e aprovada. Minúcia, aprovado, será assinado para que produza seus efeitos legais.

le

do segundo período legislativo. O nome, o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário "ad hoc" o texto do Expediente que compõe do seguintes:

Projeto nº 1/2006 - Pedido Municipal, assunto: Encaminhamento, cumprimento de atos regulamentares e promulgados nos termos do Art. 42 da Lei Orgânica Municipal. Projeto nº 2/2006 - Pedido Municipal, homenagem. Projeto nº 3/2006 - Projeto de Lei nº 3/2006, assunto: Do nome da cidade e do dispositivo do Art. nº 1.877, de 19 de novembro de 2001, que confere ênfase sobre evidências tributárias, relativas a multas, juros moratórios e obrigações em decorrência da não quitação de tributos municipais, estabelece diretrizes para o pagamento dos créditos da Prefeitura Municipal, e da outras providências. Projeto nº 3/2006 - Pedido Municipal - Homenagem. Projeto nº 3/2006 - Projeto de Lei nº 4/2006, assunto: Da no quadro permanente de pessoal do Poder Executivo as funções gratificadas que mantenha. Projeto de Lei nº 002/2006 - Vitor dos Santos dos Santos Mendes, assunto: Comendador de Medalha Pública Municipal e APTA - Associação de Agricultores, e criação do Bairro Aquário. Indicação nº 008/2006 - Vereador Gledson Cândido do Quevedo, assunto: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal o encaminhamento de Projeto ao 18º GBT solicitando a criação, estabelecimento de lotes disponíveis do Campo de Bombeiros no Bairro Jardim Esperança eliminando a altura do Expediente, o Senhor Presidente entregou a tribuna aos Senhores membros. Deixou o tribuna como primeiro Vereador eleito o Vereador Júnior dos Santos Mendes, que após as reações de parte, comentou sobre a falta do abastecimento de água, destacando que o problema que antes atingia a periferia, atualmente aflição aos moradores de centro da cidade. Disse, que através de um diário de economia acessado na Internet tomara conhecimento de que a Empresa portuguesa Suez de Portugal, disse que havia brasileiros e portugueses interessados no venda do PROTAGOS, que seria iniciada no mês de junho. Disse que ao mesmo tempo em que a empresa anunciava um prejuízo acumulado no negócio dos lucros de cerca de cem milhões, paralelamente a Suez de Portugal prometia no tempo vender uma empresa com o lucro anunciado de 13,25 milhões de Euro. Com presunção que tal lucro de

quinta vez da estatal por aqui e não de sua subsidiária no Brasil o Induqor.
 Deleante, resultou que ele próprio tinha denunciado a anos em obras realizadas
 das pelas Induqor, que na época de temporada, em maio de junho, trabalhava
 na a Pedreira num caso. E mais, disse que tais obras prejudicaram os fatos, o que
 promoveu prejuízo. No entanto, tal prejuízo, significava lucro, em decorrência
 de que o BNDS empresta aos melhores no Induqor, o que deixava sobrestado
 qualquer prejuízo que tomava consequência da diminuição do obra. Concluindo
 a leitura: "este fato de pagar dinheiro, para fazer parte os recursos que são
 necessários a Induqor e agora a publicação do edital de venda do Induqor,
 violaram os novos aspectos. Como aqui tem estado, como aqui tem estado
 e vamos pagar um equívoco, porque um contrato mal feito vai explodir a qualquer
 momento". Valeu diante da necessidade de uma intervenção dos municípios
 para que a região não deixe o futuro por momentos ruins. E ainda, observa
 que por tudo as provisões a uma do "unidade e celebração de estado" eram "baldas
 e ineficazes", na realidade o que se articulava era a venda de um "papel de
 avô" (sic), tornando, aludindo ao seu discurso da Ona anterior, a única
 que não tinha necessidade aguardar um controle externo, realizado pelo Poder
 Judiciário nas Pontas do BSNF para se ir a letra da impiedade da
 qual originou, que comete crime de falsificação de documento público, crime
 de falsificação fiscal do cartório e prática de quadrilha. Assim, o Poder Ju-
 diciário não poderia permanecer omisso diante da validade, visto que a venda
 de, embora por si só não no âmbito do direito, mas no âmbito da área
 de, ainda que as opções político-partidárias eram feitas da formação da
 da vez, e todos eram diferentes entre si, mas, que a formação do indole, de
 caráter, permitia o silêncio diante dos abusos de práticas ilícitas que se
 era do comprometimento de todos e comprovados por documentos. Entendi sua
 fala, enfatizando que era admiração que o firmamento entre os homens
 em diferentes, mas que o silêncio deveria ser a dignidade e a moral a
 requer, ou seja o silêncio o dever do juiz de não deixar de atuar, que in-
 teresse seu discurso invocando o Estado Democrático de Direito e a Consti-
 tução Brasileira, enfatizando que a mesma pessoa o presidente da comissão
 de, que o ônus da prova cabia a quem praticou os abusos. Assim
 como refere o artigo do Município Governista, de índole a Justiça, observou
 o requer, que a denúncia era prática comum ao vereador de oposição, que



jamais sustentava nos amplos com consistência as embaixadas em pro-
 nos. E ainda disse que quando reglizados com fundamento, as denún-
 cias do Vereador Fábio eram prontamente amparadas e ele próprio se
 empenhava pessoalmente em discutir o problema. Disse ainda, que as
 que estavam sendo acusadas, havia o direito de defesa que era previsto
 constitucional. Continuando, relatou que em virtude das afirmações do
 vereador Fábio Mendes, o Senhor Franklin Cordeiro havia sido afastado pelo
 Conselho de Ensino das Investigações. Solicitou o afastamento do vereador Fábio Mendes.
 Concluído o aparte, afirmou que sempre haverá
 cuidado de fixar o respeito que nutria pelo Vereador da Partido Governo
 na sua "Gazeta" e que o afastamento do Uelir da "Urna do macaneta"
 era uma boa notícia. Disse também, que com relação as denúncias realizadas
 em Tribuna de Pena supletiva, aguardava ainda a tramitação legal
 de documentos que comprovariam os mesmos. Lembrando a palavra, o ve-
 reador Leão Guedes reafirmou que toda educação tinha o dever constitu-
 cional de defesa. Resultou, que esse o vereador Fábio pode produzir provas, os
 mesmos por este não seriam produzidos, em virtude de que provas ainda
 de fato não poderiam ser produzidas e assim o supletivo que chegaria e au-
 tenticidade dos documentos. A seguir, reportou-se a uma das Oitivas en-
 terior com relação a contratação de professores. afirmou, que cerca de duas
 mil enuncas deveriam ser abarcadas e inseridas no âmbito educacional
 no ano de 2006. E mais, enfatizou que não importava se tais enuncas
 existiam na carteira, em "guarda" ou em um "pacotinho" em
 fundo de caixa ou num quintal. Observou que a prioridade era o
 ensino de qualidade e não o local de ensino. Sublinhou que a Secretaria
 de Educação, na pessoa do Secretário Nelson Paulo Soares Professor
 Aurora Barros, estava a estruturar o ensino de alta qualidade, in-
 volvendo na formação de professores e demais funcionários da rede pú-
 blica de educação. Disse ainda, que muitas obras seriam realizadas
 no ano de 2006, o que por este deixariam muito contente o Vere-
 ador de oposição, que se entrometia extremamente com o sucesso
 do atual governo, no que interessa sua pla. Não havendo mais da-
 dos inseridos para o uso da tribuna, o Senhor Presidente conduziu o
 trabalho para o Ordem do dia. Nesta etapa, foram encaminhados pa

na o Commissão de Comptabilidade, foyheo passo que a mesma emittioo foyheo
 um prazo sumamente aos seguintes: Projeto de lei n.º 312006 - sobre a
 hora n.º 212006, projeto de lei n.º 412006 - Commissão Legislativa n.º 312006, voto
 de lei n.º 00212006, foi aprovada a Indicação n.º 00012006. Nada mais havendo
 a fazer, o Senhor Presidente encaminhou a presente Commissão em nome de Deus e por
 cumprir mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida
 de a Approvaçao Municipal, e aprovada foyheo assinada para que se produzisse
 os seus legaes.

1 Alexandre Luis de S. A. L.
 2 Com. Municipal

Ata da Junta Geral Ordinaria do Se-
 gundo periodo legislativo do Camara
 Municipal de Lobo me, realizada no
 dia 21 (vinte e um) de fevereiro do
 ano de 2006 (dois mil e seis).

Os dezeto horas do dia 21 (vinte e um)
 de fevereiro do ano de 2006 (dois mil e seis) sob a presidencia do vereador
 Luiz Silva da Rocha e com o comparecimento do Imperio Constitucional "ad hoc" pelo
 vereador Alexandre Luis de S. A. L. Ordinariamente a Camara Mu-
 nicipal de Lobo me, ultimando, responderam a chamada regimental os se-
 guentes vereadores: Antonio dos Santos Mendes, Fortunato Lopes de Aguiar, Luiz
 Geraldo Gomes de Aguiar, Paulo Henrique, Carlos de Sant'Anna e Luiz Sant'
 Aurelio, havendo numero regimental o Senhor Presidente declarou aberta a
 presente Commissão em nome de Deus e requer, foi lida e aprovada a seguinte
 Ata: Ata da Junta Geral Ordinaria do Segundo periodo legislativo O requer
 o Senhor Presidente após o cumprimento do rito regimental releveu ao Sr.
 Imperio Constitucional "ad hoc" a leitura do Expediente, que comteu do se-
 guente: Projeto de Lei n.º 412006 - Projeto Municipal - Commissão n.º 03106 -
 Projeto de lei n.º 0512006, assunto: Autoriza o Poder Executivo a concluir
 submissão social às escolas de Jardim e Flores para o carnaval de Lobo me,
 no valor e condicoes que minucioso Projeto de Resoluçao n.º 0212006 - foi
 ou diretores, assunto: Altera o Artigo 4.º da Resoluçao n.º 093 de 13 de
 dezembro de 2005, terminada a leitura do Expediente e não havendo